

ABPHE
Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica
IX Congresso Brasileiro de História Econômica
10ª Conferência Internacional de História de Empresas
Área Temática 5. *História do Pensamento Econômico, Historiografia e*
Metodologia.

AS RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E TEORIA ECONÔMICA NA OBRA DE CELSO FURTADO (1954-1959)

Roberto Pereira Silva¹

FFLCH/USP

Resumo

Inserindo-se no âmbito dos estudos sobre as origens da historiografia sobre história econômica, o artigo qualifica a relação entre história e teoria econômica no livro *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, considerado um dos mais importantes economistas do século XX e um dos introdutores da história econômica no Brasil. O conjunto de sua obra, no qual ganha destaque o conceito de subdesenvolvimento como problema histórico constitutivo dos países periféricos, coloca esta relação de um lado sob a perspectiva da formulação conceitual subdesenvolvimento e, de outro lado, na explicação do processo histórico de sua constituição. Dessa forma, nosso trabalho procura resgatar os termos históricos em que a discussão entre história e teoria econômica se deu nos países de língua inglesa, reconstituindo-a mediante sua presença na bibliografia internacional utilizada por Celso Furtado na feitura de seu livro. Nesse contexto, a relação entre as duas disciplinas é examinada em dois momentos. O primeiro deles se estende pela passagem do século XIX ao XX. Nesse período, houve uma interação entre esses dois campos do saber, demonstrada na profusão de estudos de história econômica. A Primeira Guerra mundial marca o final dessa simbiose, com a consolidação da economia neoclássica. O segundo momento tem sua base de

¹ Bacharel em História pela FFLCH-USP. Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UNICAMP. Doutorando em História Econômica na FFLCH-USP.

referência nos anos de 1950 e se caracteriza pela subordinação da história à teoria econômica, tendo como marco de referência a *New Economic History*, ou a Cliometria. É neste segundo momento que Celso Furtado redige *Formação econômica do Brasil*, em grande parte se utilizando das bibliotecas de Cambridge onde passou o ano letivo anterior.

Nossa proposta, para adiantarmos a linha central, é de que houve um distanciamento na relação entre história e teoria econômica que a obra de Celso Furtado apenas aparentemente procura restabelecer.

Em nossa argumentação recorreremos não apenas às obras utilizadas por Celso Furtado nesse livro, como também a trabalhos que aquilatam a relação conflituosa entre os dois campos do saber no decorrer do século XX. Retomamos a maneira como essa tensão foi enfrentada nas obras de Celso Furtado, ganhando destaque o tratamento dispensado ao tema no livro *A economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)*, publicado em 1954. Finalmente, fazemos uma revisão de algumas passagens de *Formação econômica do Brasil* através das quais demonstramos como essas questões foram encaminhadas por Celso Furtado neste livro definitivo da bibliografia sobre história econômica no Brasil.

Os resultados de nossa pesquisa apontam que a reconstrução histórica que Celso Furtado empreende é permeada pelo objetivo de comprovação de sua teoria do subdesenvolvimento. Ou seja, é essa teoria que dá as linhas gerais da interpretação do passado brasileiro.

Palavras-chave: Celso Furtado; Teoria Econômica; História Econômica; História do Pensamento Econômico;

Desde sua publicação em 1959, **Formação econômica do Brasil** de Celso Furtado vem suscitando debates e interpretações sobre os mais diversos ângulos dessa que já foi considerada uma “obra-prima do estruturalismo cepalino”.² O propósito de nosso artigo é estudar a relação entre história e teoria econômica, apontando como essa questão está presente em **Formação econômica do Brasil** sob dois ângulos: 1) a história econômica produzida nos países de língua inglesa, procurando deslindar o posicionamento das obras utilizadas por Celso Furtado na feitura de seu livro com relação a aquela questão; 2) demonstrar como, no próprio andamento do texto, a tensão entre as duas disciplinas foi tratada, priorizando algumas passagens para uma análise mais detalhada. Nossa proposta, para adiantarmos a linha central, é de houve um distanciamento na relação entre história e teoria econômica que a obra de Celso Furtado apenas aparentemente procura restabelecer.

A escolha de **Formação econômica do Brasil** como foco de nossa proposta reside em que nesta obra as relações entre história e teoria econômica se mostram em toda sua complexidade. Ao mesmo tempo, ela nos permite entrever o encaminhamento da questão dado por Celso Furtado. Essa tensão constitutiva da obra perpassa, inclusive, a interpretação que esta recebeu desde sua publicação em 1959. Dessa forma, não seria de todo inválido indicarmos brevemente alguns exemplos de como se apresentou ao longo do tempo essa percepção, o que nos permite marcar melhor nossa abordagem do problema.

Desde seu lançamento, **Formação econômica do Brasil** estimulou um amplo debate sobre a nossa constituição econômica, tendo recebido resenhas e críticas de importantes intelectuais brasileiros e estrangeiros. Nelson Werneck Sodré, em resenha publicada três meses após o lançamento do livro, aponta as deficiências do conhecimento histórico de Celso Furtado: “fazendo história, não domina as fontes e revela mesmo desprezo por elas. Quem cita Antonil pelas citações de Simonsen, e até mesmo Gama Barros, não teve a menor preocupação em estudar história” (SODRÉ, 2009, p. 348).³ Também o caráter técnico é destacado pelo autor de **História da imprensa no Brasil**. Nesse sentido se dirige também a crítica de Renato Arena, de maio do mesmo ano, que censura no livro “justamente o excessivo ‘economicismo’ do historiador que lá encontramos” (ARENA, 2009, 350). Já Paulo Sá, dois meses depois, classifica Celso Furtado como um “economista que sabe economia”.

² Apenas para ficarmos com as mais recentes, podemos apontar os estudos que comemoraram o cinquentenário da obra: (COELHO & GRANZIERA, 2009; ARAÚJO & WERNECK VIANNA e MACAMBIRA, 2009; FURTADO, 2009).

³ As resenhas analisadas a seguir foram todas republicadas nessa edição comemorativa. A seguir, citaremos como nesse livro, apenas indicando o nome do autor da resenha ou introdução crítica do livro. Nesse mesmo exemplar pode-se encontrar informação adicional sobre os autores e o local da publicação original.

Entretanto, existe um problema no ponto de vista “de acordo com o qual o autor encara o problema da ‘formação’ econômica do Brasil. Esse problema não pode ser olhado, como o é pelo sr. Furtado, em caráter exclusivo sob o aspecto materialmente econômico” (SÁ, 2009, 364).

Nessas primeiras resenhas temos como característica principal o estranhamento causado nos meios intelectuais da época por uma obra aparelhada com um instrumental econômico elaborado e pioneiro. Com efeito, vemos que as críticas se referem à falta de traquejo com a história — campo tradicional da reflexão intelectual brasileira — bem como o hermetismo da teoria econômica, a qual assustou inclusive intelectuais marxistas⁴.

Uma primeira equalização dessa problemática entre história e teoria econômica é feita na resenha assinada por Paul Singer. Estabelecendo a ligação deste livro com a publicação anterior de Celso Furtado, **A economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)**, aponta que “a importância do livro decorre, porém, não apenas de seu tema, mas principalmente do método empregado. A ciência econômica moderna tem dedicado o melhor dos seus esforços no sentido de desenvolver métodos de análise capazes de captar a dinâmica do processo econômico”. Embora essas análises tenham se restringido ao “estudo da conjuntura econômica momentânea”, a obra de Celso Furtado, ao procurar compreender o “desenvolvimento histórico”, merece atenção,

não só porque está em jogo a destreza com que o autor aplica uma teoria relativamente nova a um material já algo trabalhado, mas também porque a própria validade histórica do método — a sua pretensão à universalidade — é de certa forma testada, na medida em que os resultados da análise cobrem, em maior ou menor grau, os fatos” (SINGER, 2009, pp. 367-8)

Aqui temos, pela primeira vez, uma equalização do problema da relação entre história e teoria econômica. Para o autor, formado em economia pela Universidade de São Paulo e membro do que ficou conhecido como o grupo do Seminário Marx⁵, o aparato econômico não ofereceu dificuldades. Assim, pôde compreender que o objetivo do livro era justamente a aplicação de um modelo de desenvolvimento econômico — na verdade, o modelo de subdesenvolvimento — ao passado histórico brasileiro. Isso porque, ainda segundo Paul Singer, “o autor sempre procura verificar o funcionamento de uma série de leis deduzidas de premissas teóricas (implícitas) em que ele se baseia”. Assim, retomando as categorias centrais para o desenvolvimento econômico que Celso Furtado formulara em *A economia Brasileira*, e

⁴ Uma reflexão sobre as tradições intelectuais com as quais o livro dialoga pode ser encontrada na introdução à **Formação econômica do Brasil** escrita por: (ALENCASTRO, 2009, pp. 23-40).

⁵ Sobre o grupo do seminário Marx, veja-se (SCHWARZ, 1999) .

reconhecendo que ele se vale, no livro de 1959 de “concepções teóricas que ele mesmo submeteu à crítica” nesse primeiro livro, reconhece que “não há contradição entre os dois livros, pois o segundo é uma tentativa de comprovar, com base na realidade histórica, o esquema teórico apresentado no primeiro” (SINGER, 2009, 369-370).

Acreditamos que essa resenha é exemplar do ponto de vista de nossa argumentação, pois coloca de forma clara não apenas a problemática que nos propusemos a analisar, como indica a direção tomada por Celso Furtado. Antes de avançar, entretanto, é preciso equalizar o lugar da história nessa obra. Com efeito, não podemos negar que a validade do livro não reside apenas na aplicação do modelo do subdesenvolvimento ao processo histórico de formação econômica do Brasil. Mais que isso, a reconstrução do passado brasileiro empreendida tem aspectos originais que precisam ser mais bem detalhados.

Para ponderarmos o lugar da história em **Formação econômica do Brasil**, iremos retomar um dos primeiros intérpretes de Celso Furtado, o historiador mineiro Francisco Iglésias. Na introdução que escreveu para a publicação da obra na coleção *Biblioteca Básica Brasileira*, editada pela Universidade de Brasília em 1963, o autor se detém “no seu significado para a historiografia econômica brasileira” (IGLÉSIAS, 2009, p. 403) Para o historiador mineiro, “livro que procura explicar a formação de uma economia — de história, portanto —, foi escrito antes por economista que por historiador”. Esse fato se coaduna com “a sólida base teórica do autor”, a qual além da teoria econômica é complementada com “sua formação em história econômica geral” (IGLÉSIAS, 2009, p.404-405). Essa formação é aliada à atualidade dos conhecimentos de Celso Furtado. Já sobre a ausência de referências bibliográficas na obra, o autor nos explica que

se elas são omitidas, é que não foi propósito do autor a reconstituição sistemática: faz-se o levantamento apenas do que é indispensável para a compreensão do processo econômico. Como o autor não se detém em minúcias históricas, as quais estão fora do seu interesse, o que afirma não requer fundamentação que exija indicações bibliográficas (idem, p. 405).

O ponto central da argumentação de Iglésias é que a qualidade de *Formação econômica do Brasil* reside precisamente na abstração dos eventos, dos fatos históricos, e na apreciação dos processos econômicos. Em suas palavras, “um livro de história econômica (como qualquer outro de história, aliás), não será necessariamente reconstituição de fatos, como talvez pense o leitor ingênuo; pode ser análise de processos”. Assim, referindo-se diretamente aos resultados do livro, “nessa análise de processos econômicos chega-se a um grande despojamento, a um modelo ideal, a formas que têm por vezes aparência de abstratas” (idem, p. 410).

Ou seja, na visão do historiador mineiro não seria profícuo procurar uma metodologia histórica no livro. Ao contrário, o grande mérito de Celso Furtado foi conseguir elaborar conclusões gerais, sínteses de processos históricos valendo-se de sua formação de economista e de seus conhecimentos históricos, os quais enriqueceram e deram o caráter paradigmático do livro na historiografia brasileira.

Assim, uma vez delimitado o campo de tensão entre história e teoria econômica na fortuna crítica de **Formação econômica do Brasil**, acreditamos que um entendimento mais aprofundado dessa questão envolve uma apreciação das relações entre história e teoria econômica tal como se coloca na bibliografia internacional utilizada por Celso Furtado. Nesse sentido, iremos explorar essa forma de interação entre as duas disciplinas no período anterior à Primeira Guerra Mundial, pois é nesse momento histórico que podemos identificar a problemática dos autores mobilizados por Celso Furtado com relação à interação das disciplinas. A análise segue estabelecendo o contraste com a situação nos anos de 1950, quando é possível vislumbrar uma ruptura entre a forma de relacionamento das disciplinas, agora com forte predomínio da teoria sobre a história econômica. Para uma melhor delimitação do tema em **Formação econômica do Brasil**, é preciso retomar um procedimento já adotado com diferentes matizes pelos estudiosos da obra, e que consiste em delimitar dois campos distintos de procedimentos analíticos empregados por Celso Furtado. Com efeito, há uma divisão no livro que podemos estabelecer entre os primeiros dezenove capítulos que tratam da formação histórica da economia brasileira – denominada no decorrer do texto como *primeira parte* –, e os dezessete seguintes, preocupados com a explicação e o diagnóstico da situação brasileira e cuja unidade explicativa é dada pela formação da economia cafeeira paulista, chegando até os anos de 1950.⁶

Essa discrepância entre as partes da obra, longe de apresentar-se como uma ausência de unidade, nos serve para delimitar duas questões cruciais que Celso Furtado respondeu com este livro. Em primeiro lugar, um caminho para a interação entre história e teoria econômica. Em segundo lugar, mas não de somenos importância, a elaboração e a aplicação da teoria do subdesenvolvimento. Em outras palavras, na primeira parte, Celso Furtado, através do diálogo

⁶ A diferenciação do livro em duas partes é também adotada por (BIELSCHOWSKY, 2009, p. 53) que o divide em duas partes: “uma delas compõe-se dos 25 primeiros capítulos, ou seja, aqueles que versam sobre ocupação territorial e economias escravistas açucareira e mineira, e os dez primeiros capítulos da Parte IV, referentes à transição para o trabalho assalariado. Ao autor dedica-se, nesse ponto do livro, à análise da formação da estrutura subdesenvolvida brasileira. Na outra, composta dos capítulos subsequentes, passa à análise da problemática de crescimento que ocorrerá nessa estrutura específica...”. Outra divisão é feita por (VIEIRA, 2007, p. 90), agora entre as quatro primeiras e a última parte, esta correspondendo a “uma análise da particularidade do processo de industrialização na periferia subdesenvolvida do capitalismo”.

com a história, demonstrou em que medida esta pode esclarecer e estimular a análise econômica. Na segunda parte da obra vemos o resultado desse exercício apresentado como a aplicação da teoria do subdesenvolvimento — teoria esta já explicada teoricamente e construída na própria evolução da história econômica — ao presente brasileiro. Assim, na sequência iremos resgatar as questões e a problemática enfrentada pelos historiadores com quem Celso Furtado dialogou. Em seguida iremos pontuar a presença dessas questões na construção de sua teoria do subdesenvolvimento e, finalmente, iremos examinar o tratamento dessas questões em algumas passagens de **Formação econômica do Brasil**.

Uma rápida observação sobre a primeira parte de **Formação econômica do Brasil** (1959) mostra uma discussão atualizada sobre a constituição do espaço econômico americano, na qual figuram não apenas o Brasil, mas também as especificidades dos sistemas ibérico, norte-americano e caribenho, colocando esses elementos em interação. Salta aos olhos o domínio de uma bibliografia sobre história econômica que transita desde a **Revue des Annales**, passando pela **The Cambridge Modern History**, retomando o diálogo com os pioneiros da história econômica em língua inglesa, W. W. Cunningham (1849–1919) e W. J. Ashley (1860 – 1927), incorporando a discussão sobre história dos preços através do trabalho de Earl J. Hamilton e contemplando o trabalho de historiadores anglófonos como Charles B. Boxer, Vincent T. Harlow⁷ e Noel Deer. Esse conjunto de referências nos remete para a passagem do século XIX para o XX. Nesse momento, a história econômica diferenciava-se, tanto da teoria econômica quanto da reconstrução histórica pela preocupação estabelecer um campo comum de conhecimento. Ou seja, tinha como objetivo principal o recurso ao método histórico para compreender processos econômico-sociais e participava ativamente dos debates de seu tempo, dando ampla margem em suas reflexões ao papel do Estado na economia. Aliada a isso, tinha em vista investigar as origens dos direitos de propriedade bem como as leis e costumes que os afetava, deixando de lado a preocupação com o equilíbrio geral, ou com a alocação de recursos característicos da teoria econômica neoclássica (HARTWELL,

⁷ Uma descrição do trabalho de Harlow sobre a ilha de Barbados é: “Harlow was one of the leaders of the imperial school of historians and this is reflected in his two publications, **Colonizing Expedition to the West Indies and Guianas 1623-1667**, which he edited in 1925, and **A History of Barbados 1625- 1685**, published in 1926. [...] Harlow’s *History of Barbados* is a piece of sound scholarship, based as it was on his Oxford B.Litt. dissertation. He seemed to recognize that his own findings had some relevance for a understanding of the contemporary situation”. Agrupando as discussões de Harlow com outros historiadores que utilizaram suas pesquisas como bases “for proposals and forecasts of social and political readjustments”, vemos que este, “because he thought that ‘purely black population has very far to travel along the road to civilization’, the appropriate course to be followed by the planters and the british government should be cooptation of the ‘colored race’”. (MARSHALL, & BRERETON, 1999, p. 555.)

1973, p. 28). Esse campo de saber confluyente, cujas origens podem ser encontradas no que ficou conhecido na Alemanha e na Inglaterra como *Methodenstreit*,⁸ depois se disseminando por outros países, consolidou um campo específico de conhecimento, ao qual acorreram, além dos historiadores econômicos, economistas e historiadores de formação interessados nos direitos de propriedade e legislação, conhecidos na bibliografia norte-americana como *legal historians*.

Dentre os historiadores econômicos ingleses adeptos à subordinação dos dados à explicação dos processos históricos, vale destacar os nomes de W. W. Cunningham e W. J. Ashley, ambos utilizados por Celso Furtado em seu livro de 1959. Do início da década de 1890 até, aproximadamente os anos 1920, a relação entre economia e história era bem estabelecida, inclusive ocupando espaço em publicações como o **Economic Journal**, fundado em 1891 pela *Royal Economic Society*. Nas palavras de Hartwell,

por volta de 1890 o prestígio da história econômica na Inglaterra era grande, a interdependência da economia e da história econômica era aceita (mesmo se debatida), e seria razoável presumir que os dois campos iriam progredir em íntima e estreita intimidade no futuro” (idem, p. 31).

Entretanto, continua o autor, “o casamento não se realizou”. Pelo final dos anos 1920 esse projeto se desfragmentou, tomando rumos diversos; cada campo redefinindo suas linhas de pesquisa de forma autônoma. Daí a unidade desse período⁹, 1890 -1914, cujas características principais podem ser resumidas como se segue: 1) uma relação estreita entre história e teoria econômica: muitos desses historiadores, em algum momento de suas carreiras, foram professores de economia, e seus trabalhos traziam problemas de método e teoria econômica. Ocorria, portanto, um processo de estímulos múltiplos no qual os historiadores, herdeiros da tradição empírica inglesa, chamavam a atenção para o arcabouço institucional que orientava a ação econômica. Por outro lado, embora com uma influência menor, os economistas colocavam aos historiadores a exigência de confrontarem suas pesquisas com a teoria econômica; 2) envolvimento político, o que levou muitos a discutirem

⁸ Sobre o *Methodenstreit* na Alemanha, veja-se, a título introdutório, (HOBSBAWM, 2005). Na Inglaterra, algo próximo ao *Methodenstreit*, foi a discussão, ocorrida em 1898, entre W. W. Cunningham e Alfred Marshall (MALONEY, 1976); consultamos também o verbete “Cunningham, William (1849–1919)” (KURER, 2008).

⁹ Para Hartwell, há três grandes períodos, ou melhor, três tipos de história econômica. Esta que estamos nos concentrando, o período 1920-1950, o qual não possui “inclinação metodológica” e, um terceiro momento, a “New economic history”, a partir dos anos 1950, embora se consolidando nas décadas seguintes. Também Hobsbawm descreve a forma de interação nesse primeiro período, classificado por ele como a “antiga história econômica”: “os velhos historiadores econômicos, mesmo quando competentes em economia e estatística, geral e justificadamente, desacreditavam da mera verificação retrospectiva ou falsificação de proposições na teoria econômica corrente, e o estreitamento deliberado do campo de visão da ‘nova’ história econômica”. (HOBSBAWM, 2005, p. 108).

temas como socialismo, reformismo social, protecionismo, relações entre capital e trabalho, problemas monetários e colonialismo; 3) preocupação com explicações de evoluções econômicas de longo prazo, assim como os motivos para o crescimento econômico. Dentre estes, se destacavam a acumulação de capital e o empreendedorismo (*entrepreneurship*), os quais nos permitiriam inclusive estabelecer ligações com as origens das teorias do desenvolvimento econômico¹⁰; 4) outro ponto importante era a interdependência dos processos sociais na explicação das transformações econômicas, incorporando elementos como religião, costumes, direito e política entre os fatores que influenciam mudanças no campo econômico; 5) finalmente, a identificação dos limites legais para a liberdade de ação econômica, investigando o significado da propriedade e dos contratos para o funcionamento da economia e para explicar os avanços e recuos do crescimento econômico (HARTWELL, 1973, pp. 31-40).

Além de Cunningham e Ashley, os mais representativos dessas tendências que acabamos de expor, outros autores citados por Celso Furtado são Victor S. Clark e Lewis Cecil Gray. Podemos enquadrar suas obras dentro do surgimento do patrocínio governamental para pesquisas acadêmicas na área de história econômica, cujo emblema é a *Carnegie Institution*, de Washington, estabelecida em 1902 com dotação de 10 milhões de dólares, disputados com outras áreas de conhecimento, desde astronomia até ciências biológicas. A criação, dentro da instituição, do *Advisory Committee on Economic* sob a presidência de Carroll D. Wright foi de fundamental importância, pois encomendou pesquisas nas áreas de legislação social, movimentos trabalhistas, desenvolvimento industrial, orçamento e tributação federal e local e, finalmente, regulação estatal das corporações. Mais adiante, foram criadas outras linhas de pesquisa, concentradas numa série de estudos de setores da economia norte-americana, tais como comércio interno e exterior, atividades manufatureiras e transportes. Nessa linha se insere Victor S. Clark, que empreendeu um estudo sobre a indústria manufatureira. Os dois primeiros volumes de sua **History of Manufactures in the United States** abrangeram o período 1607-1914, e foram publicados em 1916, enquanto um terceiro volume, ampliando a investigação até 1928 apareceu no ano seguinte (COLE, 1968, p. 568).

A importância da obra de Lewis Cecil Gray não é menor. Chefe da *Land Economics Division* do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a elaboração de sua **History of**

¹⁰ Sobre esse ponto, ver: (ARNDT, 1989).

agriculture in the Southern United States to 1860 (1933) data de seu doutorado em agricultura econômica na Universidade de Wisconsin em 1911. Gray teve dificuldade para publicar sua obra em parte devido à reputação de outro historiador no mesmo assunto, Ulrich B. Phillips, autor de **American negro slavery** (1918) e **Life and Labor in the Old South** (1929), cujo primeiro trabalho também foi utilizado por Celso Furtado. Com os resultados de suas pesquisas prontos há alguns anos, somente em 1933 Gray conseguiu o apoio da *Carnegie Institution* para a publicação de obra. A similitude dos temas, entretanto, não disfarça a diferença de conteúdo. Enquanto o primeiro abordou o problema das relações agrícolas no Sul utilizando-se do conceito de raça, Gray avançou uma visão totalizadora do fenômeno da escravidão agrícola, inclusive sendo um dos pioneiros a abordar o caráter lucrativo da empresa escravista (MOORE, 1972).¹¹

Outro dado que liga a obra do economista paraibano aos debates internacionais é a história dos preços (*price history*), a qual proporcionou a Celso Furtado o tema do capítulo sobre a decadência espanhola no século XVII, “As razões do monopólio”, que tem como referência os trabalhos de Earl J. Hamilton.

O *International Scientific Committee on Price History* (ISCPH), sediado na London School of Economics, se destacou por aplicar o interesse quantitativo na busca, em escala internacional, de dados referentes aos preços de *commodities*, na Idade Moderna. Exemplo entre outros, os trabalhos de Hamilton, sobretudo *The American Treasury and the Price Revolution in Spain, 1501-1650* (1934), sobre a história dos preços na Espanha trazia uma perspectiva atlântica do comércio internacional e foi utilizado por Celso Furtado na explicação da decadência econômica espanhola.¹² O ISCPH foi uma dentre várias instituições que surgiram a partir dos anos 1920, buscando o diálogo entre história e teoria econômica. Podemos citar, também, a criação da *Economic History Association* (EHA), que reuniu historiadores e economistas e cuja fundação se deu, sintomaticamente, com a realização de dois Congressos simultâneos em 1940, um de historiadores reunidos em New York e outro de economistas, congregados em New Orleans. Além disso, a integração entre a história econômica norte-americana e européia teve um resultado significativo no segundo volume da *Cambridge Economic History of Europe*, dirigida por J. H. Clapham e Eileen Power. Clapham, autor de *Economic history of modern Britain* — idealizador da obra coletiva e, além

¹¹ Uma comparação entre as obras de Gray e Phillips a respeito da rentabilidade da agricultura escrava se encontra no artigo pioneiro de: GOVAN, 1942, pp. 513-535).

¹² Sobre a História dos Preços, consultamos: (COLE & CRANDALL, 1964; DUMOULIN, 1990). Críticas à história dos preços e sobretudo a Earl Hamilton, podem ser encontradas em: (MAURO, 1973; VILAR, 1982).

disso, citado por Furtado também em um artigo sobre a política econômica inglesa (FURTADO, 1948) — enfatizava a peculiaridade da história econômica principalmente pelo seu marcado interesse pessoal no aspecto quantitativo dos processos estudados.

Esse esforço conjunto entre as duas disciplinas que viemos caracterizando, sofre uma reviravolta nos anos de 1950, período de elaboração e de formação internacional de Celso Furtado¹³. Segundo Hobsbawm, o surgimento da chamada nova história econômica inaugura uma forma diversa de relacionamento entre a história e a teoria econômica. Em suas palavras, a **New Economic History** seria “teoria principalmente neoclássica — projetada para trás” (HOBSBAWN, 2005, p, 108). Adentrando no debate com a *Cliometria*, enfatiza que embora a quantificação seja necessária na história, “a característica específica dos cliometristas não é essa, *mas a de testar proposições da teoria econômica, na maioria de inspiração neoclássica*” (idem, p. 126, [grifo nosso]).¹⁴

Também Pierre Vilar, em polêmica com o cliometrista francês, Marczewski, estabelece a contraposição entre dois tipos de história econômica. A primeira, por ele denominada “história econômica clássica”, se caracteriza pela busca em “restabelecer as ligações entre economia, sociedade, vida política e espiritual, para lugares e tempos definidos, em sínteses prudentes” (VILAR, 1982, p. 196). Em seguida, Pierre Vilar radicaliza sua crítica à econometria ao afirmar que mesmo a transposição de conceitos econômicos à história é anacrônica, pois é necessário, “quando se aplica uma fórmula ao passado, verificar se ela era, se não conhecida (em tal caso não haveria progresso), pelo menos *concebível* no momento em que se observa” (idem, p. 200). Pode-se dizer, portanto, que o período do pós-guerra marca o fim de uma forma de relacionamento entre história e teoria econômica, ao menos no tocante aos países anglófonos. As causas dessa transformação também são aventadas por Hobsbawm, para quem

paradoxalmente, os limites de uma abordagem historicista ou institucionalista que rejeitava a teoria pura ficou evidente justamente no momento em que até mesmo a economia capitalista, cada vez mais dependente ou dominada pelos setores públicos, teve que ser deliberadamente administrada ou planejada. Isso exigia ferramentas intelectuais que historicistas e institucionalistas não forneciam, conquanto se inclinassem ao intervencionismo econômico. Durante a era das guerras

¹³ Referimo-nos, sobretudo, ao estágio de pós-doutorado que Celso Furtado realizou em Cambridge em 1957 e em cujas bibliotecas ele encontrou os elementos para elaborar seu *Formação econômica do Brasil*. Ver, sobre isso, GUIMARÃES NETO, 2009).

¹⁴ Cumpre notar que a questão de fundo de Hobsbawm é a contraposição entre teoria econômica de um lado, e uma história global de outro. Nesse sentido, a acusação à *Cliometria* se refere ao recorte da realidade e à busca de comprovação *na história*, de teorias econômicas formuladas no presente. A questão dos modelos, em si, não é criticada, uma vez que se “esses modelos devem ser abstratos e simplificados, *pelo menos devem sê-lo no interior de referenciais historicamente especificados*”. (Idem, p. 133).

mundiais, assistimos ao surgimento de uma economia de base teórica para o planejamento e a administração (HOBSBAWN, 2005, p. 114)

Essa transformação na forma de relacionamento entre as duas disciplinas, agora se inclinando para a teoria econômica é elucidativa da direção em que Celso Furtado irá encaminhar as relações entre história e teoria econômica em **Formação econômica do Brasil**. O que pretendemos sugerir é que na primeira parte de seu livro a utilização de uma bibliografia que tinha como referência uma relação harmoniosa entre os dois campos resultou numa reconstituição histórica mais cuidadosa, embora o recurso à teoria econômica tenha se feito valer como orientadora do sentido dessa reconstrução. Ou seja, a questão das relações entre história e teoria econômica pode ser deduzida da obra de Celso Furtado através das referências utilizadas. Esclarecendo nossos passos, o que fizemos foi resgatar elementos dessas obras sem, entretanto, empreender um levantamento exaustivo com o objetivo de revelar como essa problemática era também constitutiva das referências históricas de Celso Furtado. Cabe-nos, agora, aprofundar nossa argumentação mostrando como essa problemática foi tratada explicitamente em sua obra. Para tanto, iremos retomar as críticas que dirigiu às teorias econômicas que abordaram os fenômenos do crescimento econômico sem a devida atenção à história.

Essas críticas recaem sobre o caráter atemporal das teorias econômicas. Isso, por si só, nos coloca diante de uma ambigüidade referente a um entendimento da história enquanto o lugar da singularidade¹⁵. Isso é colocado de forma clara em uma das primeiras incursões sobre teoria e história empreendida por Celso Furtado no seu livro de estreia, **A economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)**, publicado em 1954, mas com prefácio datado de setembro-outubro de 1953. Este prefácio oferece uma reflexão teórico-metodológica da obra, explicitando o tratamento da relação entre história e teoria econômica. Como bem salientou a historiadora Rosa Maria Vieira, trata-se de “um dos raros momentos em que Furtado permite manter, à vista dos leitores, os andaimes de sua construção analítica ou, em outras palavras, a explicação do método” (VIEIRA, 2007, p. 55).

O tom geral do prefácio é de crítica à teoria econômica. Vale a pena acompanhar a caracterização do economista que faz logo no início, como

o menos capacitado para observar o processo histórico em seu conjunto. Afeito a lidar com os fenômenos quantificáveis e a avançar na observação sobre uma base de dados, que lhe permite

¹⁵ Com efeito, a história como ciência do singular é contestada por diversos historiadores por ser restritiva de seu escopo de conhecimentos. Veja-se por exemplo: BLOCH, Marc. *Apologia da história o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004; Elton, G. R. *The practice of history*. London: Fontana Press, 1989.

pensar em termos de grandes números, sente-se incômodo e inábil quando é chamado a observar a corrente heterogênea e indócil a qualquer disciplina, do complexo de fenômenos que constituem o processo de vida social (FURTADO, 1954, p. 13)

Aqui, portanto, há uma clara distinção entre os campos de saber e os métodos de cada disciplina, cabendo à economia o trato com os dados quantitativos e, por causa disso, perdendo a possibilidade de captar o “processo histórico em seu conjunto”. Entretanto, a preocupação com o “comportamento de conjunto das economias nacionais e com suas interações [sic]” está invadindo também a economia, sobretudo através da problemática do desenvolvimento econômico. O trabalho que Celso Furtado apresenta se encaixa nessa tentativa de “pensar em conjunto os próprios fenômenos econômicos”, ou, em suas palavras,

[...] ver o processo em seu conjunto. Para tanto, foi indispensável que nos colocássemos em distintas posições no tempo, e das mesmas tentássemos um corte vertical no processo histórico. Nesse sentido fomos levados a adotar, em suas linhas gerais, a técnica de análise que os economistas chamam de construção de modelos [...] A técnica de análise aqui adotada consiste substancialmente em uma tentativa de reconstituição da realidade através da caracterização de uma série de pontos estratégicos. Não nos interessa reproduzir aquilo que sucedeu em um dado momento histórico senão como elemento subsidiário que esclarece a forma como funcionava o sistema. É o mecanismo mesmo desse sistema que nos preocupa (idem, p. 14)

Ora, nessas passagens podemos perceber como o tom de crítica à ciência econômica é logo em seguida descartado, para dar lugar a uma exposição metodológica que assume como premissa para a apreensão da realidade o tratamento da história como “elemento subsidiário”, detendo-se, portanto, no funcionamento dos sistemas econômicos a partir de “pontos estratégicos”. Temos, primeiramente, a junção entre a construção de modelos e os períodos históricos. Celso Furtado deixa claro que a reconstrução histórica — o próprio resultado da pesquisa histórica, vale ressaltar — não é seu objetivo. O que busca é a “construção de modelos” através de um “corte vertical no processo histórico”. Ou seja, desses cortes verticais, surge a “tentativa de reconstituição da realidade através da caracterização de uma série de pontos estratégicos”. Vemos, aqui, que *a teoria, a construção de modelos, orienta a forma como a realidade histórica é dividida*. Daí sua afirmação de que “não nos interessa reproduzir aquilo que sucedeu em um dado momento histórico senão como elemento subsidiário que esclarece a forma como funcionava o sistema. É o mecanismo mesmo desse sistema que nos preocupa”.

Bem avaliadas essas duas páginas de orientação metodológica, o que aparecia a primeira vista como crítica à teoria econômica, sobretudo por seu caráter abstrato e pelo afastamento da realidade concreta, se configura, na verdade, como um *mea culpa*, uma vez que a construção de modelos irá nortear a elaboração e a compactação da análise do

desenvolvimento da economia brasileira, como sugere o subtítulo do livro. Assim, Celso Furtado se coloca como economista, e, embora elaborando uma crítica a esta ciência, é dela que se serve para compreender o processo histórico brasileiro.

Esse prefácio, para além de uma explicitação metodológica do livro, se apresenta como uma marca da obra de Celso Furtado. Como sabemos, amplos trechos dos capítulos 2, 3, 4 e 5 foram retrabalhados em **Formação econômica do Brasil**.¹⁶ Precisamente na última parte do livro, a qual caracterizamos como de aplicação da teoria do subdesenvolvimento. Exceção se dá com o final do capítulo 2, “A unidade colonial exportadora-escravista” (FURTADO, 1954, pp. 73-77), que será a base para o capítulo 9, “Fluxo de renda e crescimento”, de **Formação econômica do Brasil**.

Outro lugar onde podemos encontrar uma discussão sobre as relações entre história e teoria econômica é o último capítulo de *A economia brasileira*, onde ela se apresenta como um exame e uma crítica da teoria econômica em relação ao desenvolvimento econômico. Após ter concluído o balanço dos diversos sistemas econômicos na história brasileira, e antes de iniciar a explicitação do mecanismo de desenvolvimento econômico, Celso Furtado passa a expor seu método para captar este fenômeno. Referindo-se aos capítulos anteriores do livro, reaproveitados em *Formação econômica do Brasil*, o autor indica a necessidade de

subtrair à análise que vem de ser feita, seu conteúdo histórico, e reter tão somente a mecânica geral do processo econômico do desenvolvimento. Esse esforço de teorização tem, a nosso ver, interesse metodológico, pois auxilia a identificar com mais precisão e rapidez as categorias básicas de um processo histórico, e subministra um instrumental analítico que poderá servir para uma prognose desse processo FURTADO, 1954, p. 191.

Assim, após indicar a história como um meio de se evitar o abstracionismo da ciência econômica e mesmo ensaiar uma definição de desenvolvimento econômico enquanto um “problema geral de mudança social em nossa sociedade”, Celso Furtado assume, no plano metodológico de seu livro, a subtração do “conteúdo histórico”, contraditoriamente, para “identificar com mais rapidez as categorias básicas de um processo histórico”, uma vez que esse procedimento “subministra um instrumental analítico” para compreender o processo de desenvolvimento econômico.

Entretanto, ficaríamos numa crítica superficial se nos detivéssemos unicamente nos raros apontamentos metodológicos de nosso autor, sem atentar para como efetua sua análise no próprio desenvolvimento do texto, na própria elaboração e estrutura da obra¹⁷.

¹⁶ Um exame dessas alterações pode ser encontrado em: (MALLORQUIN, 2005).

¹⁷ A relação entre forma e conteúdo nas obras nos parece fundamental como forma de apreciar o diálogo entre autor-obra-meio. Em nossa dissertação de mestrado, o diálogo estabelecido por Celso Furtado com Caio Prado

Com efeito, é a partir do instrumental analítico da economia, como não poderia deixar de ser, que Celso Furtado estabelece uma primeira distinção, em sua obra, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Essa definição se confunde, entretanto, com o problema do crescimento econômico, na medida em que sua conceituação se estrutura pelas diferentes formas de aumento da produtividade. Assim, enquanto o primeiro grupo de países consegue uma melhora na relação capital-trabalho através de inovações técnicas, as nações subdesenvolvidas podem obter um incremento de produtividade pela assimilação da técnica existente, ou pela realocação dos fatores já disponíveis. Ou seja, enquanto para as primeiras economias se trata de um problema tecnológico, para as outras é uma questão de assimilação da técnica já existente. Entre os fatores responsáveis por impulsionar essa assimilação ou essa realocação, está o comércio externo. Esse influxo, ao se desenvolver, terá repercussões no conjunto dos fatores disponíveis para reaproveitamento econômico e na distribuição da renda, podendo alterar as condições de demanda da economia e, com o tempo, se tornar um elemento autônomo na determinação do investimento. Sem nos alongarmos demasiadamente no aspecto mais conhecido da obra de Celso Furtado — sua teoria do subdesenvolvimento — é preciso nos determos um pouco mais nos elementos constitutivos de seu método de análise. Assim, tendo definido o que determina o subdesenvolvimento precisamos nos voltar para a forma como este fenômeno é apreendido no passado brasileiro. Retornando ao prefácio de *A economia Brasileira*, encontramos a resposta para essa questão:

como se forma o fluxo de renda em cada um dos sistemas econômicos que se sucederam no território do país, isto é, como se agregam os fatores produtivos para criar essa massa de bens e serviços que é o lastro da vida social. Como é distribuída e utilizada essa massa de bens e serviços e que conexões existem entre o processo utilizado e aquele de produção. Dessa forma *reconstituímos em abstrato as linhas básicas dos distintos sistemas econômicos brasileiros e, observando o seu funcionamento, tentamos comprovar as possibilidades reais de expansão de cada um deles* (grifo nosso) (FURTADO, 1954, p. 15)

Aqui, podemos depreender não só o movimento geral da análise, a qual irá se deter nas categorias já conhecidas pelo leitor de sua obra — o fluxo de renda e o nível da técnica utilizada —, como já se encontra a chave para decifrar as relações entre história e teoria econômica no clássico *Formação econômica do Brasil*. Com efeito, o mecanismo do fluxo de renda, a divisão social da renda e do produto, bem como a expansão e os limites dos sistemas econômicos são os temas recorrentes no livro de 1959. Entretanto, é esse aparato econômico que explica a própria forma de reconstrução do passado brasileiro.

Júnior e Gilberto Freyre foi avaliado com base nessas considerações. Cumpre assinalar, ainda, que essa forma de análise foi retirada das obras de Antônio Cândido e Roberto Schwarz.

Essa afirmação das categorias econômicas a frente da história também é perceptível na crítica que Celso Furtado faz das teorias econômicas. Com efeito, o problema do desenvolvimento econômico coloca-se em dois níveis de análise. O primeiro, já visto, trata de “analisar o mecanismo propriamente dito do processo de crescimento”. Esse o objetivo dos capítulos anteriores de **A economia brasileira**, ao final dos quais foram apresentadas os conceitos fundamentais do subdesenvolvimento. Mas há também um outro plano, o plano histórico. Nele

tem lugar o estudo crítico, em confronto com a realidade, das categorias básicas utilizadas na análise abstrata. Não basta construir um modelo abstrato e explicar como ele funciona. É indispensável, ademais, criticar em termos de realidade histórica, as variáveis estratégicas desse modelo. A duplicidade fundamental da ciência econômica — seu caráter abstrato e histórico — aparece, assim, com toda a plenitude na teoria do desenvolvimento econômico FURTADO, 1954, p. 211)

Esse confronto com a realidade histórica, anunciado nessa segunda parte do sexto capítulo de **A economia brasileira**, intitulado “A teoria do desenvolvimento na ciência econômica”, não é efetivada nesse momento. Com efeito, a sequência do texto irá se dedicar a retomar as categorias da ciência econômica que poderiam auxiliar na elaboração do desenvolvimento econômico. Assim, o confronto da teoria com a história é feita no livro **Formação econômica do Brasil**. É nesse livro que podemos captar como Celso Furtado resolveu a interação entre as duas disciplinas, a história e a economia, fazendo com que a segunda se sobrepusesse à primeira.

Para isso, iremos retomar as considerações de Maria Teresa Ribeiro de Oliveira sobre a análise de Celso Furtado sobre o impacto da política econômica joanina como um exemplo entre outros para elucidar a forma como Celso Furtado abordou as relações entre história e teoria econômica em sua obra (OLIVEIRA, 2009, pp. 889-904).

Segundo a autora, a análise da política econômica implementada por Dom João VI é feita por Celso Furtado no quadro das transformações que marcaram o último quartel do século XVIII e o primeiro do século XIX. Esse período é caracterizado como de estagnação decorrente da queda das exportações na América portuguesa. Em suas palavras, “o último quartel do século XVIII constitui uma nova etapa de dificuldades para a colônia. As exportações, que em torno de 1760 se haviam aproximado de 5 milhões de libras, pouco excedem, em média, nos últimos 25 anos do século, os três milhões” (FURTADO, 2009, p.

151).¹⁸ Esse período de prostração é contrastado com uma “aparência de prosperidade” para o conjunto dos gêneros tropicais, decorrentes das lutas políticas que caracterizaram a Europa e a América nesse período. Passada essa fase de turbulência “o Brasil encontraria sérias dificuldades, nos primeiros decênios de vida como nação politicamente independente, para defender sua posição nos mercados de produtos que tradicionalmente exportava” (idem, p. 155).

Dentro desse quadro, e ainda sob o signo das “dificuldades financeiras, a abertura dos portos iria tornar “indispensável o contato direto desta [a colônia] com os mercados ainda acessíveis”, vale dizer, a Inglaterra. Pelos tratados de 1808 e 1810, ela se transformou em “potência privilegiada, com direitos de extraterritorialidade e tarifas preferenciais extremamente baixas” (idem, p.157). Isso posto, Celso Furtado irá adentrar no debate sobre as causas pelas quais a colônia se manteve como exportadora de produtos primários e, em decorrência, não se industrializou. Saindo da análise econômica, a resposta para essa pergunta é encontrada nas características sociais dos grupos dirigentes à época da Independência. Assim,

não existindo na colônia sequer uma classe comerciante de importância [...], resultava que a única classe com expressão era a dos grandes senhores agrícolas. [...] A grande agricultura tinha consciência clara de que Portugal constituía um entreposto oneroso, e a voz dominante na época era que a colônia necessitava urgentemente de liberdade de comércio (idem, p. 158)

Ora, essa interpretação diverge de autores como Roberto Simonsen, para quem a adoção de medidas protecionistas estimulariam um processo de industrialização semelhante ao norte-americano.¹⁹ Entretanto, ao se contrapor ao argumento econômico colocando as classes sociais dentro de seu modelo explicativo, Celso Furtado não só está refiando sua análise, como, sub-repticiamente, introduzindo sua conceituação do subdesenvolvimento na reconstrução história, subordinando-a à abrangência explicativa de seu modelo. Com efeito, segundo Maria Teresa de Oliveira, se retomarmos as considerações sobre o final do século XVIII e acrescentarmos a análise sobre a primeira metade do século XIX, elaborada no capítulo 19, “Declínio a longo prazo do nível de renda: primeira metade do século XIX”,

¹⁸ Apenas a colônia do Maranhão vivenciou um momento de prosperidade baseado na exportação de algodão e arroz, impulsionado pela Guerra de Independência das treze colônias norte-americanas.

¹⁹ Para Simonsen, “o tratado de 1810 aniquilava ainda o surto manufatureiro que se ia verificando no país, após a revogação, em 1808, do célebre decreto de D. Maria I, que proibia as indústrias no Brasil. Este estaria, por dezenas de anos, condenado a uma evolução econômica, baseada exclusivamente em política agrária, oferecendo, nos mercados europeus, já então sem apoio de uma Metrópole situada naquele continente, produtos tropicais em concorrência com os dos domínios dos grandes países continentais e de outras regiões dotadas, na época, de condições econômicas mais favoráveis” (SIMONSEN, 1977, p. 397).

Celso Furtado desconsidera o aumento das exportações que podemos encontrar nos livros de Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior. Uma vez que o economista paraibano adota os mesmos dados empregados por Simonsen, a autora conclui que “a apreciação de Furtado sobre o desenvolvimento da economia brasileira na metade do século XIX é um resultado lógico do seu modelo” (OLIVEIRA, 2009, p. 893). Nesse sentido, cita trecho de Celso Furtado no qual podemos deslindar as ligações entre o modelo do subdesenvolvimento, no qual o comércio exterior tem o papel de elemento dinâmico da demanda interna: “a causa principal do grande atraso relativo da economia brasileira na primeira metade do século XIX foi, portanto, o estancamento de suas exportações” (FURTADO, 2009, p. 172).

Exemplo entre outros no livro, podemos perceber que o fulcro do argumento furtadiano, o declínio das exportações ocasionou um período de decadência para a colônia, não se apoia nos dados dos outros intérpretes de seu tempo, notadamente Caio Prado Júnior e Roberto Simonsen, mas decorre de sua definição de subdesenvolvimento, segundo a qual o comércio externo é o mecanismo através do qual ocorre o impulso dinâmico em direção uma alocação dos recursos que podem gerar excedentes e estimular a acumulação de capital. Ao desconsiderar as evidências empíricas, Celso Furtado subordina a reconstrução histórica à aplicação de seu modelo de subdesenvolvimento.

Outro ponto onde podemos encontrar um movimento semelhante é a questão da pecuária nordestina. Sabemos que sua abordagem sobre o tema foi inovadora. Isso, porque ao reconstruir esse setor em simbiose com a economia açucareira, Celso Furtado estava “aplicando” o modelo de subdesenvolvimento — sobretudo no aspecto do convívio entre um setor atrasado e um setor moderno — na releitura do passado brasileiro.²⁰ Segundo Ricardo Bielschowsky, a constituição do “complexo econômico nordestino”, o qual integra a pecuária, permitiu a Celso Furtado extrair

uma conclusão básica para sua caracterização do subdesenvolvimento brasileiro. Segundo o autor, as formas que assumiam os dois sistemas da economia nordestina — o açucareiro e o criatório —, no lento processo de decadência que se iniciou na segunda metade do século XVII, constituíram elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira (BIELSCHOWISKY, 2009, p. 57-58)

De forma que, se bem analisada, a reconstrução histórica que Celso Furtado empreende é permeada pela comprovação de sua teoria do subdesenvolvimento. Ou, para melhor qualificarmos nossa conclusão, não ocorre aquela verificação histórica anunciada como uma

²⁰ Os capítulos de *Formação econômica do Brasil* sobre a pecuária nordestina são X e XI, “Projeção da economia açucareira: pecuária” e “formação do complexo econômico nordestino”. Já sobre os fluxos de renda, são IX e XIV, “Fluxo de renda e crescimento” e, “Fluxo de renda”, respectivamente.

necessidade no livro de 1954. Ao contrário, é essa teoria que dá as linhas gerais da interpretação do passado brasileiro.

Bibliografia citada.

- ARNDT, W. *Economic development. The history of a Idea*. Chicago: London: Chicago Press, 1989.
- BIELSCHOWSY, Ricardo. “*Formação econômica do Brasil: uma obra prima do estruturalismo cepalino*”. In: ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; WERNECK VIANNA, Salvador Teixeira; MACAMBIRA, Júnior. (orgs) *50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004;
- BOIANOVSKY, Mauro. Furtado, North and the New Economic History. (First preliminary draft. Prepared for a special session on “Furtado’s Formação Econômica do Brasil 50 years later”, ANPEC (Brazilian Economic Association) meetings, December 2009.
- COLE, Arthur H. & CRANDALL, Ruth. “The International Scientific Committee on Price History”. *The Journal of Economic History*, Vol. 24, No. 3 (Sep., 1964), pp. 381-388.
- COLE, Arthur H., *Economic History in the United States: Formative Years of a Discipline*. *The Journal of Economic History*, Vol. 28, No. 4 (Dec., 1968), p. 568.
- DUMOULIN, Olivier. Aux origines de l'histoire des prix. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 45e année, N. 2, 1990. pp. 507-522.
- ELTON, G. R. *The practice of history*. London: Fontana Press, 1989.
- FURTADO, Celso . *A economia brasileira (Contribuição à análise do seu desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos*. Organização de Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- GOVAN, Thomas P. “Was Plantation Slavery Profitable?” In: *The Journal of Southern History*, Vol. 8, No. 4 (Nov., 1942), pp. 513-535.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. “Itinerário de Celso Furtado até *Formação econômica do Brasil*”. In: ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; WERNECK VIANNA, Salvador Teixeira; MACAMBIRA, Júnior. (orgs) *50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009, pp. 247 – 270.
- HARTWELL, R. M. Good old economic history. In: *The Journal of Economic History*, Vol. 33, No. 1, The Tasks of Economic History (Mar., 1973), p. 28.

- HOBBSAWM, Eric. “Economistas e historiadores I” [1980]. In: idem, *Sobre História*. São Paulo, Cia. das Letras, 2005.
- KURER, O. “Cunningham, William (1849–1919)” In: *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Edited by Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume, Second Edition, 2008, Disponível em < <http://www.dictionaryofeconomics.com>
- MALONEY, John. Marshall, Cunningham, and the Emerging Economics Profession. In: *The Economic History Review*, New Series, Vol. 29, No. 3 (Aug., 1976), pp. 440-451.
- MARSHALL, Woodville & BRERETON, Bridget. “Historiography of Barbados, the Windward Islands, Trinidad and Tobago, and Guyana”, In: HIGMAN, B. W. (ed). *General history of the Caribbean*. Vol. VI. Methodology and Historiography of the Caribbean. London and Oxford: UNESCO Publishing / Macmillan Education LTD, 1999.
- MAURO, Frédéric, *Nova história e Novo Mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- MOORE John Hebron “Review: A Review of Lewis C. Gray's "History of Agriculture in the Southern United States to 1860". In: *Agricultural History*, Vol. 46, No. 1, American Agriculture, 1790-1840: A Symposium (Jan., 1972), pp. 19-28.
- OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. “O século XIX, segundo Furtado”. In: *Econômica*. Seleta, Brasília (DF), v. 10, n. 4, dezembro de 2009, pp. 887-904.
- SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx” In: idem, *Sequências brasileiras*. São Paulo, Cia das Letras, 1999.
- SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil, 1500-1820*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1977.
- VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. São Paulo: Educ, 2007.
- VILAR, Pierre. “Para uma melhor compreensão entre economistas e historiadores. ‘História quantitativa’ ou economia retrospectiva?” [1965]. In: Idem, *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa, Editorial Presença, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. “Resenha de *Formação econômica do Brasil*” [1959]. Republicado em: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009,
- ARENA, Renato. “Resenha de *Formação econômica do Brasil*” [1959]. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SÁ, Paulo. “Resenha de *Formação econômica do Brasil*” [1959]. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Introdução”. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009, pp. 23-40.

SINGER, Paul. “Resenha de *Formação econômica do Brasil*” [1959]. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009.